

# GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMO COMO FATORES IMPORTANTES PARA NOVA ORDEM MUNDIAL E O BRASIL NESTE CENÁRIO

Rafael de Almeida Faria

Dr. Leonardo Mèrcher

## RESUMO

Este artigo propõe identificar como a globalização e o regionalismo interferem na Nova Ordem Mundial. Utilizando de pesquisas em artigos científicos e livros para obter uma maior fonte de pesquisa. É nítido que dentro desta Nova Ordem Mundial há muitos atores que impactam diretamente no rumo e dentre eles o que mais se desta são as corporações transnacionais. Estas grandes corporações apresentam muitas vezes influências maiores que muitos Estados. Dentro desta Nova Ordem Mundial há alguns princípios que influenciam e auxiliam países em desenvolvimento a crescer e assim diminuir a desigualdade que há em relação aos países desenvolvidos. A globalização pode ser vista nesta Nova Ordem Mundial como algo benéfico para que países em desenvolvimento cresçam, porém nem sempre impacta de uma forma positiva. A regionalização é uma forma que os países encontraram de organizarem para que todos que estivessem de acordo com os termos pudessem se beneficiar para auxiliar no desenvolvimento. Tanto a globalização quanto o regionalismo são fatores importantes para Nova Ordem Mundial.

**Palavras chave:** Nova Ordem Mundial. Globalização. Regionalismo. Política Externa.

## INTRODUÇÃO

Com este trabalho, busca-se identificar como a globalização e o regionalismo interferem na Nova Ordem Mundial. Sabendo como estes fatores interferem, torna-se possível analisar como elas atuam para mudanças na Nova Ordem Mundial. Além disso, a partir deste conhecimento torna-se possível escolher de forma eficaz melhores medidas para proporcionar um melhor desenvolvimento do Brasil. A partir de uma análise sobre os principais agentes econômicos que atuam como grandes influenciadores da Nova Ordem Mundial e identificando eles torna-se possível saber como decidir melhor sobre ações que possam atrapalhar no papel deles para o desenvolvimento do país.

Rafael de Almeida Faria, Uninter, Relações Internacionais.  
Prof. Dr. Leonardo Mèrcher, Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

A Nova Ordem Mundial surge a partir de 1989, após a Guerra Fria, onde o mundo se vê em um modelo bipolar ideológico (capitalismo x socialismo). A partir dos anos 90 a globalização se viu impulsionada devido a um novo cenário político internacional que não mais encontrava os obstáculos colocados pela Guerra Fria. Junto com a queda desses obstáculos houve também um grande avanço tecnológico da informática e dos meios de comunicação e de informação. A regionalização, por outro lado, tem assistido a um processo de multiplicação dos acordos de integração regional por todo o globo. Entre o período de 1992 a 1996, foram registrados no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) cerca de 30 acordos bilaterais, sub-regionais ou regionais. Entre os princípios das relações comerciais internacionais que podem beneficiar países em desenvolvimento, como por exemplo o Brasil, são: princípio da não reciprocidade, cláusula de habilitação e estabilização das receitas de exportação.

## **NOVA ORDEM MUNDIAL**

A Nova Ordem Mundial surge após a Guerra Fria, nos anos de 1989, em resposta ao conflito ideológico econômico entre capitalismo e socialismo. Ambos apresentam diferentes visões de como a economia deve ser administrada para que um país cresça de forma a atender as demandas da população visando o melhor para o povo. Segundo Domingues e Oliveira:

A Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, de 1974 (Mahiou, 2011), evidencia uma reconstrução dos objetivos a serem perseguidos pela ONU, buscando uma nova ordem econômica que visa à equidade, à igualdade de soberania, à interdependência e à cooperação para corrigir as desigualdades e as injustiças presentes naquela época e reduzir o abismo existente entre os países ricos e pobres, viabilizando a garantia da paz e da justiça para aquele momento histórico e para as futuras gerações. (DOMINGUES E OLIVEIRA, 2017)

Desta forma verifica-se que está Nova Ordem Mundial tem como o principal objetivo o desenvolvimento de todos de formar igualitária, de modo que até os países mais pobres tenham a oportunidade de crescer e gerar uma melhor qualidade de vida para a sua população.

Nesta Nova Ordem Mundial há diversos atores que influenciam nas decisões, principalmente no tocante a economia. Os principais agentes econômicos na Nova Ordem Mundial são: Estados, corporações transnacionais, organizações internacionais e movimentos sociais. Dentre estes um dos que mais se destaca são as corporações transnacionais, pois estes detêm um poder de influência muitas vezes igual ou até mesmo superior ao de alguns Estados. A esse respeito, é preciso considerar que:

A atuação das grandes corporações pode ter um alcance bem mais amplo e uma influência mais considerável no curso das relações internacionais. As corporações transnacionais se tornaram atores políticos fundamentais com relações de natureza política com a sociedade civil. (MELLO, 1999)

O Brasil por ser um emergente que ainda está crescendo neste novo cenário é um país muito dependente de importação de alguns produtos os quais não é capaz de produzir ou não produz na quantidade demanda pela população. Um exemplo disto é o caso da dependência de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) para a produção de penicilina, um antibiótico muito utilizado para tratamento de diversas infecções, por exemplo sífilis congênita. O Brasil em 2016, “importava 92% dos IFAs China para produção de penicilina.” (Ciscati, 2017). O grande problema por trás disso é que caso haja algum problema na produção ou em relação ao transporte pode gerar um déficit no abastecimento pode gerar grandes problemas para a população. Desta forma, é nítido perceber que as indústrias do ramo farmacêutico impactam para o desenvolvimento de um país e que como são grandes corporações transnacionais tem um alto poder de influência na Nova Ordem Mundial.

## **PRINCIPIOS DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS**

Países como o Brasil que ainda se encontram em desenvolvimento são bastante beneficiados por três princípios em particular. Estes princípios são o princípio da não reciprocidade, cláusula de habilitação e estabilização das receitas de exportação.

Princípio da não reciprocidade:

Fundamenta-se no entendimento de que, no âmbito das relações comerciais internacionais, os países desenvolvidos não devem esperar reciprocidade por parte dos países em desenvolvimento. Esse princípio está presente no art. XXXVI, parágrafo 8º, do Gatt: “As partes contratantes desenvolvidas não esperam reciprocidade para os compromissos assumidos para elas nas negociações comerciais, para deduzir ou eliminar os direitos de aduana e

outros obstáculos ao comércio das partes contratantes pouco desenvolvidas.” (Thorstensen; Oliveira, 2013, p. 199 *apud* Domingues & Oliveira, 2017, p.65).

#### Cláusula de habilitação:

Consiste em uma exceção ao tratamento da nação mais favorecida conforme o art.I do Gatt de 1994 (Thorstensen; Oliveira, 2013), pois dispõe que, por meio desta cláusula, que foi estabelecida na Rodada de Tóquio em 1979, é permitida a celebração de acordos regionais ou de caráter geral entre países em desenvolvimento, com o escopo de reduzir ou eliminar as barreiras existentes ao comércio recíproco. (Domingues & Oliveira, 2017, p.65).

#### Estabilização das receitas de exportação:

Este princípio não está incorporado ao direito positivo, pois seu impacto não é passível de avaliação e contraria as leis do mercado internacional. A reivindicação dos países em desenvolvimento relacionada à estabilização das receitas de exportação consiste na busca pela indexação dos preços das suas importações. O Stabex e o Sysmin, instituídos pela Comunidade dos Estados Europeus (CEE), na I e II Convenção de Lomé (1979), alcançam apenas parcialmente os objetivos visados pela estabilização das receitas de exportação, pois o sistema Stabex tem como finalidade compensar os déficits das exportações gerados por flutuações de preços no comércio internacional. Já o Sysmin (Sistema de Desenvolvimento do potencial de mineração), é um instrumento de apoio voltado ao desenvolvimento do setor de minérios, tendo como escopo atingir um desenvolvimento sustentável. Os fundos do Sysmin podem ser empregados para o empréstimo a empresas mineradoras ou podem ser utilizados para diversificação da produção. (Domingues & Oliveira, 2017, p. 66)

Estes princípios muitas das vezes vão contra os princípios tradicionais das relações comerciais internacionais visando uma melhor forma de auxiliar os países em desenvolvimento a crescer para que se reduza a desigualdade que hoje ainda existe. Todavia, a aplicação destes princípios nem sempre é fácil e se torna uma batalha constante para que estes sejam postos em prática. Há divergências entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, o que por consequência faz com que muitos dos objetivos não sejam alcançados em sua integralidade. Existe uma batalha até hoje para se alcançar uma equidade nas relações econômicas internacionais.

## **GLOBALIZAÇÃO**

Segundo Mello (1999), “o processo de globalização é caracterizado pela intensa mudança estrutural da economia internacional, com o peso crescente de transações e conexões organizacionais que ultrapassam a fronteira dos Estados.”.

Para alguns autores a globalização está diretamente ligada a Nova Ordem Mundial quando se fala especificamente do setor econômico.

A *Nova Ordem Econômica* caracteriza-se pelo recrudescimento do fenômeno da globalização. Luiz Roberto Lopez faz uma análise interessante do fenômeno da globalização, que, segundo suas palavras, implica na uniformização de padrões econômicos e culturais em âmbito mundial, tendo suas origens no renascimento e nas grandes navegações. (Silva, 2009)

Porém existem alguns outros autores que defendem que a globalização pode ser melhor conceituada se utilizar uma visão menos focada na sociedade.

Para Giddens (1991), a globalização poderia ser melhor conceituada se os sociólogos, em vez de darem uma importância indevida à ideia de *sociedade*, no que ela significa um sistema limitado, a substituíssem por um ponto de partida que se concentrasse em analisar como a vida social é ordenada através do tempo e do espaço – na problemática do distanciamento tempo-espaço. (Barbiero & Chaloult, 2001)

A globalização traz diversos benefícios para o desenvolvimento de países como aumentar o acesso a novas tecnologias, permitir acesso aos progressos adquiridos com pesquisas, uma melhor qualidade educacional por aumentar o acesso a informações novas e ainda viabilizar uma melhor qualificação da mão de obra. Desta forma a globalização impacta de forma positiva na Nova Ordem Mundial de forma a possibilitar um maior crescimento de países em desenvolvimento para que estes tenham a oportunidade de diminuir a desigualdade e ainda tentar garantir uma equidade nas relações comerciais. Um maior crescimento no acesso a tecnologias faz com que muitos países cresçam por possibilitar uma maior capacidade de melhoras nas indústrias presentes e tornar assim mais atrativo investimentos naquele determinado local.

Uma vertente econômica na *Nova Ordem Internacional*, as *empresas transnacionais*<sup>28</sup> constituem o carro chefe da globalização. Essas empresas possuem atualmente um grau de liberdade inédito, que se manifesta na mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisições e fusões. (Silva, 2009).

Entretanto, a globalização não impacta somente de forma positiva nesta Nova Ordem Mundial. A globalização pode gerar uns alguns aspectos que não são desejados para países em desenvolvimento.

[...] pode gerar efeitos deletérios aos países mais pobres, por exemplo: aumento da desigualdade entre países e conseqüente desequilíbrio na distribuição dos benefícios do mercado internacional, abusos do poder econômico, impactos negativos para os setores domésticos não competitivos que estejam iniciando sua atividade ou que não tenham capital de investimento adequado, crime organizado, virulência das crises financeiras,

que apresentam um efeito “arrastão”, derrubando diversas economia etc. (Domingues & Oliveira, 2017, p. 29-30)

O Brasil neste aspecto é bem afetado devido a ser um país que grande parte das exportações são representadas pelo setor primário. Neste setor em países desenvolvidos há um alto investimento dos Estados em forma de subsídios para que os produtos possam ser comercializados há um preço menor do que realmente deveria, gerando uma grande deslealdade com países mais pobres que não tem condições de dar os mesmos subsídios para os seus produtores, no caso em relação a agricultura. Uma forma de países como o Brasil encontra para comercializar seus produtos de forma a encontrar menos barreiras é através de blocos econômicos. Em relação ao Brasil, o país se encontra inserido no Mercado Comum do Sul (Mercosul) junto com países como Argentina, Paraguai e Uruguai. Porém, mesmo dentro deste bloco, países como a Argentina que eram grandes exportadores de produtos como automóveis reduziram as exportações. “Entendemos que essa redução das exportações ao país vizinho deve-se a crescentes medidas protetivas que contrariam os objetivos primordiais do Mercosul” (Domingues & Oliveira, 2017, p.32).

O Brasil precisa neste quadro investir mais em desenvolver produtos tecnologicamente inovadores para que possa se tornar um país relevante no quesito de exportações no tocante a relações econômicas internacionais. Além do que investimentos em pesquisa podem não só influenciar neste aspecto, como também pode trazer grandes benefícios para áreas como educação e saúde.

## **REGIONALISMO**

O regionalismo também tem um grande impacto na Nova Ordem Mundial, assim como a globalização. “O regionalismo econômico internacional é, junto com a globalização dos mercados, um dos traços mais marcantes da economia mundial do Pós-guerra.” (Barbiero & Chaloult, 2001).

Para Oman (1994), o movimento atual de regionalização responde em parte à globalização econômica. Esses dois processos se opõem na medida em que o primeiro é um movimento essencialmente centrípeto e político, ao passo que o segundo é centrífugo e corresponde a um fenômeno microeconômico resultante principalmente do comportamento e das estratégias das empresas transnacionais. Mas nem por isso um e outro são antitéticos ou antagônicos. Antes, dado que a regionalização contribui na

consolidação do jogo da concorrência, os dois processos tendem mais a se reforçar do que a se contrapor. (Barbiero & Chaloult, 2001)

Uma das maneiras que os Estados encontram para diminuir as barreiras é através dos blocos econômicos. Através de blocos econômicos os Estados obtêm uma grande vantagem que seria a redução ou eliminação das tarifas de importação, permitindo desta forma que os países membros comprem produtos há um preço menor e conseqüentemente isto faz com que os países responsáveis pela exportação tenham um aumento da taxa de exportação. “O processo de integração regional se dá em diferentes modelos, que podem ser ou não fases sucessivas da integração, a saber: zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica.” (Barbiero & Chaloult, 2001).

O regionalismo e a integração não são somente meros instrumentos utilitários para reconciliar interesses do Estado, resolver questões de segurança e defender identidades locais contra desafios e ameaças globais: na era pós-Guerra Fria, tornaram-se mecanismos fundamentais de estabilização da ordem mundial.<sup>32</sup> (Mello, 1999)

No caso do Brasil, este se encontra dentro do Mercosul que tem como objetivos consolidar a integração política, econômica e social dos países que integram o bloco.

O Mercosul ainda tem como princípios:

De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica:

- livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco;
- estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes;
- compromisso dos Estados Parte em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração. (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>)

O Mercosul pode ser considerado um projeto original devido a ter tanto aspecto do regionalismo de primeira geração e o de segunda geração. Onde o regionalismo de primeira geração é focado mais em uma integração econômica, possui uma visão mais construtivista e ainda é focado mais em objetivos políticos e econômicos. Porém, o regionalismo de segunda geração é mais bem caracterizado por uma maior liberdade comercial.

No Mercosul existe uma forte motivação político-estratégica, especialmente por parte do Brasil. Poderíamos dizer, assim, que a sua proposta se insere entre o regionalismo de primeira geração e o de segunda geração, conjugando aspectos de ambos esses regionalismos. Do primeiro podemos destacar a sua tendência federalista e construtivista<sup>22</sup> de integração, o recurso ao tripartismo<sup>23</sup>, a presença marcante do Estado e a sua motivação político-estratégica. Do segundo destacamos, principalmente, a ideia de um regionalismo aberto, a sua sintonia com a economia mundial, a busca de maior competitividade sob a base de um eixo exportador e de uma liberalização frente às trocas internacionais. (Barbiero & Chalout, 2001)

Outro bloco que também se destaca e devido ao modo como atua pode ser considerado como um ator de grande influência na Nova Ordem Mundial seria a União Europeia. “União Europeia é o único processo de integração regional que inclui a livre circulação de pessoas, constituindo um verdadeiro mercado comum.” (Mello, 1999). A União Europeia é um dos maiores blocos e tem como um dos aspectos o uso de uma mesma moeda por seus países membros o que facilita as negociações e é também uma forma de padronização da economia para que não haja desvalorização da moeda. Além de ainda ter instituições supranacionais e intergovernamentais que auxilia de certa forma a uma maior união no tocante a política externa. “Afirmando sua influência diplomática e estratégica através da unificação da política externa de seus membros, a União Europeia seguramente poderá expandir a relevância internacional que o seu peso econômico já lhe garante.” (Mello, 1999).

Muitos desses blocos surgiram de forma a garantir que os Estados membros tivessem oportunidade de crescer e se recuperar das grandes guerras. Os blocos podem ser: econômicos, comerciais e de produção. Blocos econômicos são mais bem caracterizados como uma espécie de mercado comum, pois neste a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capital, além de possuir normas que se aplicam a todos os países membros. A União Europeia é um exemplo de bloco econômico. Blocos comerciais são caracterizados por ter maiores vantagens econômicas para incentivar uma maior taxa de importações e exportações entre países membros, porém neste caso não existem normas que se apliquem a todos os membros. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) é um exemplo deste tipo. O bloco de produção por outro lado é caracterizado por ser um sistema de produção que trabalham de forma concentrada.



## BRASIL E A NOVA ORDEM

O Brasil vem crescendo nesta Nova Ordem Mundial devido ao fato de atuar de forma ativa no cenário internacional. O país vem cada vez mais tentando conquistar um espaço de relevância na política internacional devido ao ser um país com uma economia em expansão e por possuir uma riqueza em recursos naturais.

[...] o Brasil alcançou importante notoriedade entre os países em desenvolvimento, considerado uma nova potência emergente. O protagonismo do país, logrado graças à proposição de mecanismos alternativos de inserção de países em desenvolvimento no sistema internacional, advogando segundo seus interesses e prioridades comuns e aumentando o poder de negociação ante os países do “norte”, proporcionou relativa liderança frente aos demais países do “sul”. Dessa forma, é clara a colaboração existente entre tal grupo nas mesas de negociação multilateral em temas de comércio, meio ambiente, saúde e outros. (Santos & Cerqueira, 2015)

O Brasil também vem crescendo no cenário intencional devido ao fato de fazer parte do BRICS, onde estão inseridos Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. “Os Brics são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional.” (Amorim, 2008). Os BRICS tentam se impor cada vez mais no cenário internacional e muitas das medidas tomadas não agradam os EUA e União Europeia como, por exemplo, a criação de um banco internacional do grupo chamado de Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

“O Acordo de Cooperação Interinstitucional Mercosul/UE concretiza-se em maio de 1992, prevendo colaboração nas áreas de aduanas, normas técnicas e agricultura.” (Savini, 2001). O Mercosul busca desta forma conquistar mais espaço no mercado europeu e com isto aumentar a sua taxa de exportação de produtos do setor da agricultura.

No plano bi-regional, Mercosul e União Europeia divulgam declaração conjunta anunciando uma “estratégia cujo objetivo final seja a associação política e econômica inter-regional”, prevendo “a liberalização progressiva e recíproca de todo o comércio, tendo em conta a sensibilidade de alguns produtos e de acordo com as normas da OMC”. (Savini, 2001)

O Brasil vem ganhando muito espaço no cenário mundial não apenas devido ao Mercosul, mas também devido ao seu papel no G-20. “O país atuou no processo de consolidação do G-20 como o principal foro para lidar com temas econômicos internacionais, e tem defendido a maior participação dos países emergentes nas

instituições de decisão sobre a economia mundial.” (Ramos; Vadell; Saggiaro; Fernandes, 2012)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É nítido o impacto tanto da globalização como do regionalismo na Nova Ordem Mundial, porque ambos atuam moldando está. Dentro disto ainda há atores que influenciam diretamente nesta Nova Ordem Mundial como Estados, corporações transnacionais, organizações internacionais e movimentos sociais e ainda é visto que muitas transnacionais muitas vezes devido ao setor que impacta e ao seu poder econômico pode ter um poder de influência superior ao de alguns Estados. Industrias do ramo farmacêutico, por exemplo, por serem de um setor estratégico podem influenciar de forma intensa na Nova Ordem Mundial por serem essenciais para que um país possa se desenvolver. Um país como o Brasil que se encontra em desenvolvimento precisa ficar atento as medidas tomadas por este setor a fim de poder tomar decisões rápidas em resposta a possíveis medidas que possam atrapalhar na vida do brasileiro. Além de ainda incentivar pesquisas neste setor pelo fato de que desta forma pode começar a se tornar menos dependente de importações de medicamentos para que não haja problemas de abastecimento, principalmente de medicamentos como antibióticos.

Os princípios visto ainda são uma forma de tentar diminuir a desigualdade de países desenvolvidos para com outros países, mas ainda assim existe um grande abismo entre estes. Este abismo vai desde áreas básicas como saúde e educação, além de ainda poder explicar porque países em desenvolvimento, como é o Brasil, terem como principais produtos de exportação os do setor primário. Porém, países desenvolvidos dão subsídios aos produtores do setor primário gerando assim uma deslealdade na hora de comercializar os produtos, pois os produtos serão mais baratos do que os dos países mais pobres que não tem condições de adotar políticas de auxílio aos produtores.

O Brasil não é um grande exportador de tecnologias inovadoras o que não o torna muito relativamente importante para as relações econômicas internacionais. A partir desta análise fica nítido que o país precisa investir mais na área de pesquisa e desenvolvimento para que possa não apenas se torna um ator importante para

relações econômicas internacionais como também para que o país cresça de forma a dar a população uma melhor qualidade de vida.

A globalização ainda traz vários benefícios para o desenvolvimento do país como um maior acesso a tecnologias, uma melhora na saúde e educação da população e proporciona ainda uma melhor qualidade de mão de obra. A globalização e o regionalismo vem de forma a impactar e muita nesta Nova Ordem Mundial por possibilitarem que países possam se unir por um interesse, geralmente econômico, para que possam assim se desenvolver e tornarem cada vez mais fortes. Com o regionalismo percebemos seu impacto através dos blocos econômicos que visam auxiliar os países membros a aumentar as taxas de importação e exportação devido à redução ou ausência de tarifas de importação. Além do que alguns blocos ainda permitem um livre acesso de pessoas como ocorre na União Europeia, facilitando assim a locomoção e o acesso aos produtos de países de forma mais rápida e barata. E em blocos como a União Europeia por terem tanto uma união na questão econômica por utilizarem a mesma moeda e união na questão de política externa acaba por dar a União Europeia um poder maior do que dos Estados quando vistos de forma isolada para influenciar nesta Nova Ordem Mundial.

O Brasil vem cada vez mais ganhando espaço nesta Nova Ordem Mundial não apenas por ser um país emergente, mas por atuar de forma ativa no G-20, Mercosul e BRICS. Desta forma demonstrando que merece um espaço de relevância na política internacional.

Por estes motivos é possível perceber que tanto a globalização como o regionalismo são fatores importantes para esta Nova Ordem Mundial, já que estes trazem muitos benefícios para que os países possam se desenvolver. Por estas razões o governo brasileiro deve sempre ficar atento as decisões tomadas tanto pelos Estado, quanto pelas transnacionais e blocos econômicos como a União Europeia pois estes impactam de forma muito influente nesta Nova Ordem Mundial.

## REFERÊNCIAS

BARBIERO, A. CHALOULT, Y. **O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional**. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./June 2001. Acesso em: 20/10/2017

MELLO, V. de C. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Rev. bras. polít. int. vol.42 no.1 Brasília Jan./June 1999. Acesso em: 22/10/2017

Rafael de Almeida Faria, Uninter, Relações Internacionais.

Prof. Dr. Leonardo Mèrcher, Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

SILVA, R. L. **GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMO NO CENÁRIO DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 55, p. 141-166, jul./dez. 2009. Acesso em: 28/10/2017

DOMINGUES, J. O. DE OLIVEIRA, C. G. B. **DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL**. Editora Intersaberes, 2017.

CISCATI, R. **POR QUE O BRASIL NÃO TEM PENICILINA**. Rev. Época, 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/saude/check-up/noticia/2017/06/por-que-o-brasil-nao-tem-penicilina.html>> Acesso em: 02/11/2017

BRASIL, **Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em: 04/11/2017

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **COOPERAÇÃO SUL-SUL: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS NA AMÉRICA DO SUL E NA ÁFRICA**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.23-47. Acesso em: 19/11/2017

AMORIM, Celso. **OS BRICS E A REORGANIZAÇÃO DO MUNDO**. Folha de S. Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>> Acesso em: 20/11/2017

SAVINI, Marcos. **AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPÉIA**. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.2 Brasília July/Dec. 2001. Acesso em: 19/11/2017

RAMOS, Leonardo; VADELL, Javier; SAGGIORO, Ana; FERNANDES, Márcia. **A GOVERNANÇA ECONÔMICA GLOBAL E OS DESAFIOS DO G-20 PÓS-CRISE FINANCEIRA: ANÁLISE DAS POSIÇÕES DE ESTADOS UNIDOS, CHINA, ALEMANHA E BRASIL**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2012, vol.55, n.2, pp.10-27. Acesso em: 19/11/2017